

ARGUMENTAÇÃO COMO UMA ATIVIDADE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA E SITUACIONAL

ARGUMENTATION AS A LINGUISTIC-DISCURSIVE AND SITUATIONAL ACTIVITY

Maria Aparecida Lino Pauliukonis¹
Claudia Assad Alvares²

Resumo

Este artigo contempla a temática da argumentação em sentido amplo e sob novos olhares. Trata da análise dos processos de convencer a persuadir o destinatário segundo princípios das teorias da enunciação. Dessa forma, focaliza-se a dinâmica do ato de comunicação entre sujeitos sociais e discursivos, regidos por um contrato de comunicação, elaborado a partir de saberes de conhecimento e saberes de crença, que servem de base para o reconhecimento dos imaginários sociais. Como fundamentação teórica, parte de conceitos clássicos da retórica de Aristóteles, revistos pelas novas propostas de Perelman & Obrechts-Tyteca (2000) e de Amossy (2018) e adota alguns pressupostos da teoria Semiolinguística de Charaudeau (1992, 2008), cujo foco são os projetos de influência do sujeito enunciador sobre o destinatário. Assim, por meio de uma perspectiva pragmático-enunciativa, concebe-se a linguagem como um ato de encenação, que visa à persuasão de um auditório geral e/ou particular por meio de estratégias linguístico-discursivas. São examinadas também as funções de elementos linguísticos como os operadores argumentativos de oposição na coesão sintático-semântica dos enunciados e o papel da seleção lexical, capazes de provocar efeitos patêmicos sobre o destinatário, levando-o a aderir às teses apresentadas, bem como um Grafite, como possibilidade de argumentação sem palavras, por meio de texto imagético.

Palavras-chave: argumento; intencionalidade; auditório.

Abstract

This article addresses the theme of argumentation in a broad sense and from new perspectives. It analyzes the processes of convincing and persuading the recipient,

¹ Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, Faculdade de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, Brasil; ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8057-9961>; E-mail: aparecidalino@gmail.com

² Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco-UPE, Pernambuco, Brasil, Faculdade de Letras, Petrolina, Pernambuco, Brasil; ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6631-4430>; E-mail: claudia.alvares@upe.br

according to principles of enunciation theories. Thus, it focuses on the dynamics of the act of communication between social and discursive subjects, governed by a communication contract, developed from knowledge of knowledge and knowledge of belief, which serve as a basis for the recognition of social imaginaries. As a theoretical foundation, it starts from classical concepts of Aristotle's rhetoric, revised by the new proposals of Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000) and Amossy (2018) and adopts some assumptions of Charaudeau's Semiolinguistic theory (1992, 2008), whose focus is the projects of influence of the enunciating subject over the recipient. Thus, through a pragmatic-enunciative perspective, language is conceived as an act of staging, which aims to persuade a general and/or particular audience, by means of linguistic-discursive strategies. The functions of linguistic elements such as argumentative operators of opposition in the syntactic-semantic cohesion of statements and the role of lexical selection, capable of causing pathetic effects on the recipient, leading him to adhere to the thesis presented, as well as a Graffiti, as a possibility of argumentation without words, by means of an imagetic text, are also examined.

Keywords: argument; intentionality; auditorium.

Introdução

Na mídia impressa e digital de grande circulação do país, são frequentes artigos de opinião, assinados, que versam sobre problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil e do mundo, além de notícias e reportagens relativas aos mais diversos temas da vida social, acompanhadas ou não de charges satíricas. São textos expressos em diferentes modos de organização do discurso e que apresentam uma seleção estratégica de recursos na construção e montagem da organização argumentativa. Um trabalho como este, que se propõe a examinar além da configuração linguístico-discursiva desses gêneros textuais, deverá considerar as estratégias enunciativo-argumentativas, presentes tanto nos índices linguísticos que direcionam o sentido para conseguir a adesão do destinatário, como também as operações argumentativas que propiciam a configuração discursiva da enunciação por meio de estratégias utilizadas para tal finalidade.

Como fundamentação teórica, apoia-se em conceitos clássicos da retórica de Aristóteles, como a noção de auditório universal e particular, retomados por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000) e atualizados por Amossy (2022). São retomadas observações da teoria da argumentação na língua (Ducrot & Anscombe, 1987) sobre operadores argumentativos e seu papel fundamental no esquema da argumentação. Numa perspectiva pragmático-enunciativa, vale-se de alguns conceitos da teoria Semiolinguística de discurso (Charaudeau, 2008), que concebe a linguagem como um ato de encenação, obediente a um contrato comunicativo e que visa à persuasão/argumentação do *tu* interpretante.

Serão observados, portanto, índices encontrados em textos responsáveis pela persuasão e sedução dos leitores e a força desses elementos no convencimento do sujeito destinatário, envolvendo-o por efeitos patemizadores. Tudo será feito por meio de exame de estratégias diversas de manipulação discursiva, utilizadas com o fim de se conseguir a adesão às teses explícitas ou implícitas.

Partindo-se da hipótese de que a linguagem se confirma não só como meio informativo, mas sobretudo como uma forma de atuação política entre os homens, o texto será visto como resultado do processo de ação e influência e passa a se constituir como um mecanismo dinâmico interacional e de forte cunho argumentativo.

Essa noção de texto visto como discurso permite concluir que o sentido textual-discursivo é resultado de operações estratégicas produzidas por um enunciador em três níveis: o *referencial*, que diz respeito ao conteúdo temático, o *situacional*, referente ao contexto, aos entornos sociais e o *pragmático*, relativo à dinâmica interativa do processo dialógico dos interlocutores.

Ler um texto torna-se, desse modo, um trabalho de desvendamento e interpretação de operações estratégicas utilizadas na e pela construção textual. *O processo educativo de ensinar linguagens consiste em tornar o leitor consciente dos mecanismos linguísticos de composição dos gêneros textuais e de seus vários efeitos de sentido, sobressaindo-se a análise dos textos de caráter argumentativo.*

Este artigo está dividido em duas partes: numa primeira, faz-se uma apresentação de conceitos relativos aos processos argumentativos e à dinâmica do ato de comunicação, que incluem o reconhecimento da identidade dos participantes, a finalidade da interação, a aceitação dos papéis discursivos recíprocos e o projeto de ação e influência do Sujeito enunciador. Numa segunda parte, faz-se análise de exemplos de textos de diferentes gêneros e de caráter argumentativo com algumas propostas de aplicação dos conceitos apresentados com vistas a reflexões sobre o funcionamento e o valor semântico-pragmático dos elementos linguístico-discursivos no texto argumentativo.

2. Fundamentação teórica

Os conceitos de (inter)subjetividade em linguagem têm variado, ao longo da evolução das ciências linguísticas, de acordo com as concepções de língua adotadas pelo pesquisador. Assim para uma concepção como a que propicia exata representação do pensamento, existe também a de um Sistema autônomo e de um sujeito social alijado da produção linguística. Tal enfoque pressupõe uma teoria do “assujeitamento” do sujeito, ou seja, o indivíduo não é dono de seu discurso e de sua vontade, pois está inserido em uma ideologia e em uma instituição, da qual é apenas porta-voz de um discurso anterior que fala através dele.

Por outro lado, uma concepção de língua como um lugar de interação e de ações linguístico-discursivas corresponde à concepção de um sujeito tido como entidade psicossocial, de caráter ativo na produção textual, que participa como *ator* de uma *cena enunciativa*, na qual se acha engajado com um interlocutor, na representação de imagens sociais que serão a base da comunicação. Essa perspectiva reflete, no dizer de Bakhtin (1979, p. 35), “um sujeito histórica e ideologicamente situado que se constitui na interação com o Outro. Dessa forma: Eu sou na medida em que interajo com o outro”.

Dentro deste recorte teórico, é fundamental a preocupação com a problemática interativa dos discursos, que se processam pela obediência a um *contrato comunicativo* específico. Nesse quadro de construção social do sentido, situa-se o texto como veículo de interação, cujo significado é *resultante* de certas condições situacionais particulares, a saber: a identidade dos participantes, a finalidade da interação e o projeto de fala do Sujeito que age sobre o Outro, a cumplicidade dos interagentes e o reconhecimento e aceitação dos papéis discursivos recíprocos. Estabelece-se, dessa forma, entre os

parceiros, uma lógica das ações, capaz de identificar as regras, acatadas convencionalmente. Tais regras estão cristalizadas em um saber comum partilhado, pertinente ao inventário de crenças, ou valores sociais, *doxa* ou conceitos baseados em lugares-comuns (*topoi*) de um determinado grupo social.

Considerar o texto como um *ato de discurso* pressupõe, portanto, ser possível definir e identificar os projetos comunicativos dos protagonistas realizados no momento da enunciação e seu poder de influência sobre o “outro”, cuja atenção pretende captar.

Afinal, como aponta Charaudeau (2007, p. 39), “Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolhas de conteúdo [...], mas escolhas de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim de contas, escolhas de estratégias discursivas”.

Não é possível, assim, conceder isenção de intencionalidade, quando se tratar de análise discursiva. Nesse sentido, considera-se que a linguagem não está desvinculada de sua realidade psicossocial e cognitiva e que as circunstâncias situacionais ou extralingüísticas do *ato discursivo* são as responsáveis pela co-construção dos sentidos. Por conseguinte, qualquer análise que pretenda dar conta do fenômeno interativo da linguagem não pode se ater ao exame da configuração linguística ou gramatical, ou sua descrição formal apenas, pois interessa, sobretudo, observar a dimensão *socio-psico-linguageira* dos *actantes* e a organização sociocultural em que se dá o discurso. Ou seja, para que haja compreensão do processo da discursivização, em sentido mais amplo, o linguístico deve ser analisado a partir do social e vice-versa, em que ganham relevo o contexto e a interação entre os sujeitos.

Nesta investigação sobre o processo enunciativo-argumentativo como um todo, pretende-se, portanto, focalizar a enunciação como evento histórico e dialógico de interação entre sujeitos sociais, consumidores / leitores de textos da mídia impressa ou digital.

Para nossos objetivos, torna-se relevante analisar estratégias usadas no discurso argumentativo e a materialização do *ethos* do enunciador em função do auditório particular a que destina sua estratégia de persuasão. A seguir, considerações sobre a noção de auditório universal e particular, com base em Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000).

3. A noção de auditório e sua eficácia argumentativa

Na produção textual, não se pode ignorar a importância do conceito de auditório e do contato intelectual por ele estabelecido. Por estarmos trabalhando com um discurso argumentativo, julgamos procedente analisar os conceitos de *auditório universal* e *particular*, e de *contato intelectual*, propostos por Perlman & Olbrechts-Tyteca, pertinentes à eficácia do ato de convencer e de persuadir, relevantes para a elaboração de nossa proposta de análise de textos argumentativos.

3.1 Auditório³

O auditório é um elemento indispensável para o argumentador alcançar seus objetivos.

³ Texto adaptado de ASSAD A., C. O discurso paradoxal de Vieira no sermão “Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda”. Rio de Janeiro: Dialogarts/UERJ. Versão digital, 2008, (Coleção Monografias, Dissertações e Teses, n. 6), 346 p.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000, p. 16), ao contraporem *argumentação* à *demonstração de uma proposição*, falam-nos de sua importância:

[...] quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois *toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual*.

O *contato intelectual* de que fala o autor refere-se às condições mínimas para que a argumentação ocorra ou, por outras palavras, é preciso, no mínimo, uma *linguagem em comum*, uma *técnica que possibilite a comunicação* (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2000, p. 17).

Mas, como eles próprios enfatizam, isso não basta. É necessário mais: o orador precisa estar *autorizado* a tomar a palavra. Muitas pessoas falam e escrevem, mas nem por isso são ouvidas ou lidas com credibilidade. Há determinados lugares sociais que só podem ser ocupados por determinadas pessoas; estas, por sua vez, não podem se arrogar um pedestal e nele permanecer *se de fato desejam ser ouvidas*: é necessário demonstrar interesse pelo seu *auditório* (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2000), preocupar-se com sua adesão ao que está sendo dito. Portanto, é fundamental que o orador se adapte ao auditório que o escuta, sobretudo se levar em consideração que ali existem pessoas, cujas crenças e idiossincrasias são diferentes das suas próprias. Adaptar-se ao auditório significa identificar-se com ele. Na verdade, é o auditório, conforme salientam Perelman & Olbrechts-Tyteca, quem dirige a argumentação do orador, já que este precisa adaptar-se àquele.

O auditório também é visto como uma *construção do orador* (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2000, p. 22): "A argumentação efetiva tem de conceber o auditório presumido tão próximo quanto possível da realidade". Ou seja, é preciso que o orador *conheça bem* o seu auditório, uma vez que pretende assegurar-se de sua fidelidade.

Como, em princípio, todo homem *adulto e racional* é um auditório em potencial, Perelman & Olbrechts-Tyteca consideram que cada homem é o *representante ideal* do que ele denominou de *auditório universal*, isto é, a humanidade inteira, que qualquer orador deve levar em consideração se quiser falar à humanidade e eternizar-se em seus escritos.

O auditório universal poder-se-á converter em um auditório particular para aquele que, apesar de seu mundo restrito, teça generalizações e creia que todos os que compõem seu universo particular pensem do mesmo modo que ele e cheguem às mesmas conclusões a que ele chegou. O mesmo poderá ocorrer no que se refere à moral e aos costumes, o que não deixa de ser um risco para a argumentação, pois, com frequência, o orador depara-se com auditórios heterogêneos, cujas crenças e valores diferem frontalmente dos seus.

Em relação à ótica do receptor do discurso, lembramos que, quando alguém ouve ou lê uma comunicação qualquer, também o faz segundo uma determinada intenção, pois ninguém dá a palavra (ou lê os escritos de outrem) apenas e meramente por *dar a palavra a um interlocutor qualquer*. Seguramente, por detrás de toda e qualquer comunicação ouvida ou lida há uma intenção, seja ela consciente ou não. Além disso, toda intenção, por excelência, *destina-se a ser consumada*. Acrescente-se que o sujeito

que ouve (ou lê) se expõe a um discurso que, por seu turno, alia pistas linguísticas e paralinguísticas, que são, naturalmente, definidoras de uma direção argumentativa. Por fim, some-se a isso o fato de que o objetivo de toda e qualquer comunicação consiste em uma tentativa, por parte dos sujeitos comunicantes, *de consumar suas respectivas intenções iniciais*.

O problema que se nos apresenta é que dificilmente se pode determinar quais sejam as reais intenções do comunicador, pois somos apenas capazes de inferi-las, a partir de marcas textuais, pelo rumo dado à conversa ou pela forma como o sujeito manipula as mensagens que recebe e se incluem na direção argumentativa definida no discurso do outro. Entretanto, nada nos impede de enumerar alguns dos possíveis objetivos de um discurso, de seus efeitos visados, o que não quer dizer efeitos realizados. Em se tratando do discurso argumentativo, lembramos que ele pode ter por objetivos, além de informar, outros como persuadir, manipular, influenciar ou controlar o outro. Em um simples diálogo, o locutor pode, por exemplo, chantagear, confundir, ludibriar ou humilhar o seu interlocutor. E não podemos afirmar *quando ou se* o ouvinte ou leitor deseja – *ou, até mesmo, precisa* – ser persuadido, manipulado, influenciado, controlado, chantageado, confundido, ludibriado ou humilhado. De qualquer modo, sabemos que todos esses objetivos se *destinam a consumar uma determinada intenção*.

Para que essa consumação se faça, é preciso ter habilidade suficiente para manipular argumentos. Isso inclui, dentre outras habilidades, a de redirecionar o diálogo – ou não fazê-lo, se assim for conveniente; operar com múltiplos argumentos – ou se negar a fazê-lo, se desse modo for mais confortável; utilizar-se de atos ilocucionais – ou ignorá-los, caso se possa fazê-lo; introduzir pressupostos sub-repticiamente e saber, sobretudo, manipular as mensagens que se incluem em uma mesma direção argumentativa definida – ou negar tal possibilidade ao outro, se não se desejar compactuar com subterfúgios. Tudo isso, em conformidade com o objetivo e o auditório que se tenha.

Não há dúvida alguma de que todos esses fatores atestam o poder de qualquer discurso cujos argumentos estejam sendo habilmente manipulados, sobretudo, se o auditório em questão for mais passivo. O problema, talvez o maior e mais grave, está não só no grau de habilidade mas também no tipo de intenção que se tenha, perante um auditório específico. Daí considerarmos importante fazer essas reflexões sobre a noção de auditório, que implicam também outras noções, como a de *ethos* e a de *pathos*. A seguir, reflexões sobre a noção de *ethos* argumentativo e a relevância do conceito de *pathos* e de *ação e influência*.

3.2. O *ethos* e seu papel na argumentação

De acordo com Amossy (2018, p. 79), “Os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório”. Roland Barthes, (1972), a quem se deve a retomada desse conceito nos estudos do discurso, define o *ethos*, a que ele refere no plural, *Ethé*, como os traços de caráter que o orador deve *mostrar* a seu auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: são seus *jeitos*, o que define o “caráter”. Ao enunciar uma informação, o orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz algo de si mesmo.

O *ethos* define o que se é, não pelo que se julga estar sendo mostrado, mas pelo simples ato de enunciação que ocorre mesmo sem o conhecimento do locutor ou apesar dele. Assim tem-se a presença do “Eu” e do “Outro” e um processo de avaliação especular que permite a uma pessoa tornar-se “confiável” ao outro para tomar a

palavra, momento em que se dá a construção dos vários *ethé* — como o de ponderação (*phrônesis*), o de sinceridade (*areté*) ou o de amabilidade (*eunoia*), conforme enuncia Aristóteles (2017), ao propor também uma interação contínua entre os três elementos básicos do discurso: *logos*, *ethos* e *pathos*, que correspondem, respectivamente, ao conteúdo proposto, à imagem do enunciador no discurso e ao poder de influência sobre o outro.

Como todos desejam ser dignos de crédito, em contrapartida, instaura-se também a exigência de certos requisitos: demonstrar condições de sinceridade, possuir um “saber” requerido pela atuação e também um consequente saber-fazer convincente. Ou seja, todos são julgados pelo modo de ser e pela competência de demonstrar e pôr em prática um determinado “saber”. Em decorrência das duas qualidades essenciais à comunicação — legitimidade e credibilidade —, há que se fazer ainda uma observação: a legitimidade pode ser dada pelo outro (no caso de ser institucionalizada, por exemplo) e não é suficiente para garantir a eficácia de uma argumentação; necessita-se, portanto, de uma complementação — a credibilidade —, que é prova de uma competência exigida como contraparte da legitimidade (Charaudeau, 2008).

A ênfase deste trabalho está na análise do modo enunciativo-argumentativo de organização dos discursos e do papel dos *ethé* das instâncias subjetivas que atuam em uma situação pré-determinada e que é estabelecida social e discursivamente. Um dos objetivos mais relevantes aqui é ressaltar estratégias linguístico-discursivas utilizadas no ato argumentativo, com a finalidade de convencer e seduzir seu auditório, seu ouvinte.

4. O ato argumentativo e suas especificidades

Ao analisar o ato de argumentar, Charaudeau (2004) levanta uma série de questões relevantes, não sem antes chamar a atenção para sua especificidade e complexidade, pois trata-se de um processo cheio de nuances e de armadilhas.

Pode-se dizer que todo ato de linguagem busca captar o ouvinte de uma certa forma, mas que é possível distinguir o ato de argumentar *stricto sensu* de outros atos como o ato narrativo, o descritivo, ou o explicativo. Ou ainda, é possível afirmar que em cada ato comunicativo pode haver informação, explicação ou demonstração e argumentação. Cite-se, o caso das fábulas, que são exemplos de narrativas/histórias de onde se tira uma moral para convencer o leitor/ouvinte de uma “verdade”. Também um artigo opinativo midiático pode informar, demonstrar, persuadir, valendo-se de vários modos de organização do discurso — narração, descrição, explicação etc. Enfim, a argumentação como ato de linguagem faz parte dos tipos de discurso, mas ainda há pontos a elucidar: existem critérios formais para se determinar um texto do modo argumentativo? Existiria mais ou menos argumentação explícita ou implícita e em que tipos de texto?

Essa discussão não é atual; desde a antiguidade, há os que defendem que tudo é argumentação e outros para quem tudo se resume à narratividade ampla. Haveria, então uma única forma de o homem conseguir transformar o “real” em linguagem, por meio de uma *mise-en-scène* de estruturas, ora narrativas, descritivas, argumentativas, onde se pode passar do mundo a significar para um mundo significado, ou seja, por meio dos diferentes processos de transformação da língua em discurso.

Por outro lado, há os que distinguem efeitos de sentido diferentes nos processos discursivos: na narrativa, o raciocínio argumentativo não se impõe por si mesmo, pois é apresentado ao ouvinte um cenário em que há personagens em ação e cabe se identificar ou não com o caráter desses personagens ou com a temática. No raciocínio

argumentativo mais explícito, no entanto, obriga-se o receptor a se enquadrar em um esquema de pensamento formado por argumentos, demonstrações, silogismos, que indicam uma orientação do pensamento com base na lógica, na sequência e validade dos argumentos. Outros já concluem que os dois modos de organizar o discurso — narrar e argumentar — são complementares e estão presentes em todo gênero de texto.

Algumas outras questões formais também se apresentam sobre como identificar marcas específicas que distinguem um texto argumentativo. Nesse caso, podem ser delimitadas marcas linguísticas específicas, como, por exemplo, a escolha lexical de nomes ou qualificativos, o uso de operadores de carga semântica argumentativa, ou tipos de organização frásica, que orientam para a construção de um ato cheio de implicitudes argumentativas. Nesses casos, uma outra questão se apresenta: a caracterização de um texto argumentativo prender-se-ia a marcas formais, mais típicas, como se vê nos tipos narrativo e descritivo, por exemplo? Haveria critérios para se classificar um texto como exclusivamente argumentativo? E se houver, quais seriam esses critérios?

São várias as problematizações que têm orientado as discussões ao longo da história da humanidade desde Aristóteles, que teorizou sobre técnicas retóricas, retomadas e ampliadas por outros teóricos, como Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000), Ducrot e Anscombe (1987), Toulmin (2006), Plantin (1996), Amossy (2018) entre outros autores estrangeiros. No Brasil, os estudos sobre técnicas argumentativas foram revistos e ampliados com aplicação a diferentes contextos por diversos pesquisadores brasileiros, dentre os quais citam-se: Guimarães (1987), Koch (2004), Oliveira & Monnerat (2005) e Gouvêa (2006), que apresentam análises de diferentes gêneros de discurso.

Nas seções seguintes, apresentar-se-ão reflexões teóricas e práticas sobre os conectivos marcadores de oposição em português, cujo objetivo é analisar processos de operacionalização em construções textuais que indiquem a função argumentativa dos elementos linguísticos nos textos.

5. Marcadores discursivos de oposição: reflexões teóricas e práticas

Trata-se aqui do estudo de operadores argumentativos como marcas de um processo intitulado “argumentação na língua”, proposto pela Semântica Argumentativa de Ducrot e Anscombe (1987), que considera a importância dos elementos linguísticos e discursivos na argumentatividade.

Constitui o raciocínio concessivo uma importante estratégia argumentativa, pois, ao incorporar ao seu argumento principal pontos de vista contrários, o locutor mostra-se uma pessoa de espírito aberto, ou que tem um comportamento liberal, já que leva em consideração a lógica ou o raciocínio de outro. Esse fato contribui positivamente para sua própria argumentação, mesmo que ele não considere o peso desse argumento em sua avaliação final, ao instaurar seu ponto de vista na cláusula principal. Portanto, há no *jogo* da restrição/concessão, uma trégua ilusória proposta pelo locutor que relega um raciocínio a uma posição secundária, superando-o sempre com um argumento mais forte, como expresso nos exemplos: “*Seu trabalho está muito bom, (mas) não vou lhe dar conceito excelente para você não ficar convencido*”. “*Embora seu trabalho esteja muito bom, não vou lhe dar conceito excelente para você não ficar convencido*.⁴”

Nesse sentido, a noção de conceder remete à ideia de defender certa tese, por

⁴ Os exemplos apresentados são de autoria própria, isto é, das autoras.

oposição a outras teses, mas de uma forma peculiar. É uma forma de responder ao discurso de outro, ouvir e considerar a sua voz, contestando-lhe o valor argumentativo, sem anular o “valor de verdade” dessa enunciação. Por isso a concessão situa-se a meio caminho entre a aprovação e a contestação. Nesse jogo, o locutor faz ouvir a voz do outro argumentador, num jogo polifônico, como lembra Bakhtin (1974), mas se distancia dele, ao levar em consideração outro ponto de vista, o seu ponto de vista, que deve ser o predominante.

Esse ato de integrar o outro em seu discurso, trazendo sua voz para dentro de seu discurso, visa enfraquecê-lo, como se o locutor estivesse usando uma estratégia de “trégua” ilusória, mas que se apresenta como uma etapa do combate, fase essa importante no processo argumentativo de refutação. A concessão é, assim, indissociável do discurso polêmico e cria uma situação semelhante a um simulacro de guerra discursiva com forte valor argumentativo e que funciona em qualquer situação discursiva.

Dessa forma, pode-se afirmar que a operação concessiva consiste em uma estratégia complexa e muito eficaz na construção de textos argumentativos. Veja-se o exemplo a seguir: “*Embora a polícia tenha conseguido prender os ladrões, as joias e todo o dinheiro roubado não foram recuperados, infelizmente, comentou o casal assaltado*”⁵, em que a prisão foi considerada um fator relevante a favor da ação policial, mas o objetivo principal — a recuperação das joias e do dinheiro — não ocorreu, o que conduz o leitor para uma conclusão negativa; essa conclusão é reforçada pelo uso do advérbio de modalização subjetiva “infelizmente”, que marca a decepção das vítimas perante o fato ocorrido.

6. Funcionalidade de operadores restritivos e concessivos no jogo argumentativo

Os conectivos adversativos e concessivos, introdutores das noções de restrição e concessão, respectivamente, além de alterarem o “eixo argumentativo”, apresentam matizes diversos e sutilezas semânticas. A seleção de um e não de outro no discurso, bem como a posição em que o conectivo *embora* figura na frase, permite ao locutor realizar operações discursivas peculiares que resultam diferentes *efeitos de sentido*, que são úteis ao aluno perceber no processo das argumentações e interpretações de texto.

Vejamos exemplos:

Observe-se, a seguir, como a escolha lexical encaminha para uma orientação argumentativa do texto:

Avião do acidente do Nepal é visto como teco-teco, mas é dos mais modernos⁶

No domingo (15), um avião da Yeti Airlines caiu com 72 pessoas a bordo após ter decolado de Katmandu, na capital do Nepal.

O avião era um ATR-72, da fabricante europeia ATR, uma parceria entre as empresas Leonardo e Airbus.

⁵ Idem.

⁶ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/todos-a-bordo/2023/01/21/aviao-atr-acidente-nepal-katmandu-atr-72-seguranca.htm>. Acesso em: jan. 2023, com adaptações. (Grifos nossos).

Por ser movido a hélices, e não por um motor a jato, o modelo é considerado inferior e velho por muitas pessoas, que o chamam de "teco-teco". Na verdade, este é um dos aviões mais modernos e seguros da atualidade. (...)

Um acidente nem sempre significa uma queda. Uma colisão com aves durante o voo ou o estouro de um pneu durante o pouso, mesmo que não haja feridos, podem ser registrados como acidente.

7 Comentários

RICARDO SANCHES

2 minutos atrás

Teco-teco? O UOL está sem matéria? É isso? O ATR, dentro da sua categoria é sem dúvida um avião seguro, baixo custo operacional e que atende muito bem ao seu público-alvo. (...)

Julio Cesar Schmidt

1 hora atrás

Segundo airsafe.com as taxas de acidente com ATR-42 e ATR-72 são 15 vezes mais altas do que dos modelos 170/190 da Embraer. Em todas as métricas o ATR está entre os aviões menos seguros.

Entre outras marcas linguísticas presentes no texto principal da reportagem e nos comentários selecionados, destacamos alguns empregos de itens lexicais utilizados e determinados recursos de coesão a fim de comentar a relevância dessas marcas para o resgate das intenções comunicativas dos produtores desses textos.

Não obstante o texto deixar sem definição o substantivo “teco-teco”, o operador argumentativo “mas” *seguido* de “é dos mais modernos” mostra-nos que “teco-teco” significa, pelo menos, antiquado, em clara antonímia de adjetivos. Na sequência, o produtor do texto informa que o modelo ATR-72 não possui motor a jato, o que pressupõe a antiguidade do avião, pois este é considerado *inferior* e *velho* justamente por ser movido a hélices.

A palavra *acidente* no mesmo campo semântico de *avião* pressupõe necessariamente *queda* e *mortos* — assim evidenciam as estatísticas de acidentes de avião; por outro lado, o texto usa de uma locução concessiva — mesmo que não haja feridos — para explicar que a inexistência de feridos também pode configurar um acidente, além de incorporar esse argumento como secundário, visto que predomina o argumento de que, de qualquer modo, se trata de um acidente.

Na seção de comentários, selecionamos dois que se contrapõem quanto à segurança da aeronave ATR-72; enquanto o primeiro não tem dúvidas em relação a esse ponto, muito embora não mencione qualquer prova, o segundo, ao menos, fundamenta sua crença com uma estatística retirada de um site⁷ de informações sobre acidentes de avião recentes, estatística, aliás, bem preocupante a respeito da taxa de acidentes com esse modelo, que perde longe na comparação com modelos da Embraer. Ainda segundo esse comentário, o ATR-72 perde em todos os quesitos referentes à segurança no voo.

Vejamos a seguir um grafite⁸:

⁷ “Este site é sua fonte de informações sobre acidentes aéreos recentes, bem como sobre questões de segurança (...).” Disponível em: <http://airsafe.com/>. Acesso em: jan. 2023.

⁸ Disponível em: <https://www.taiadaweb.com.br/a-expressividade-da-arte-grafiteira-da-afega-shamsia-hassani/>. Acesso em: fev. 2023.

Entre as variadas estratégias argumentativas, torna-se relevante verificar como se dá a representação dos sujeitos envolvidos no processo de interação para se conseguir efeitos persuasivos sobre o leitor.

A seguir, a representação imagética em um contexto multimodal gerador de vários argumentos, que resultam do contexto situacional e da força da imagem.

Figura 1 — Sem direito à fala



No grafite acima, a professora iraniana Shamsia Hassani é porta-voz de uma ideologia perversa que trata as mulheres afegãs como um título de propriedade. No grafite de Shamsia, o entorno social é pressuposto para a eficácia do apelo argumentativo do texto e o reconhecimento da intenção comunicativa do autor. Símbolo de um regime opressor, a arte de Shamsia retrata a mulher descaracterizada, sem direito à fala, que não lhe pertence; para além do físico (notar que a jovem afegã não tem boca), o lugar de fala dessa mulher depende de terceiros; da mesma forma, todas as outras vozes autoritárias que ecoam atrás dela, representadas nos milhares de olhos que a vigiam e perseguem.

Temos aqui um exemplo de argumentação com base em texto multimodal imagético, em que a imagem “fala” na interação com o leitor e em que se nota o forte conteúdo emotivo do texto, que não necessita de palavras para persuadir o leitor, sobretudo se considerarmos as múltiplas vozes femininas que lutam por seus direitos em praticamente todos os continentes.

Um outro texto para reflexão, apresentado a seguir, permite observar a produtividade dos itens arrolados anteriormente, como marcas de argumentatividade, a saber: a escolha lexical, a função dos operadores linguístico-discursivos, concessivos e restritivos, a tipologia dos argumentos face à construção do texto e sua distribuição na estrutura textual.

JEFERSON TENÓRIO

Esta coluna é um agradecimento a todos os professores que não abandonaram o barco, mesmo com seus salários parcelados, mesmo acossados pela covid

A vida de qualquer professor deveria virar um filme. As experiências de um professor são um patrimônio intelectual, social e estético. É pelos olhos do professor que as falhas sociais se apresentam. A sala de aula é uma imitação do mundo. Quando a sociedade vai mal é no microcosmo do ambiente escolar que ela se revela. Talvez vocês/muitos não saibam disso: mas são os professores que impedem que a sociedade naufrague.

As vezes, impressiona-me a força desses profissionais. Impressiona-mevê-los enfrentando as acusações infundadas e fascistas de promoverem doutrinações ideológicas, ou ainda as humilhações em ambientes insalubres das escolas públicas e o deboche de governos sobre o piso salarial.

Com a pandemia, fomos empurrados para a frente do computador. Fomos mais uma vez para o front. Tivemos de lidar com as limitações impostas pela distância. Trouxemos a sala de aula para dentro de casa. O trabalho dobrou. E entre cuidar dos filhos, plataformas, fazer a janta, planilhas, notas, conselhos de classe, aplicativos para baixar, fazer o super, correção de trabalhos e limpar a casa chegamos exaustos ao fim de 2020. Enfrentamos as câmeras desligadas e as telas sem rostos. O silêncio dos alunos. Diante da tela, buscamos estabelecer um vínculo mais humano com aquele aluno sonolento e sumido, talvez abatido pela situação pandêmica, talvez por não conseguir ter acesso à internet. Mas nós, professores, estávamos lá. Sempre estivemos.

Os professores são a última trincheira contra uma sociedade inulta e bárbara. Quando um professor desiste, todos perdem. Esta coluna é um agradecimento a todos os professores que não abandonaram o barco, mesmo com seus salários parcelados, mesmo acossados pela covid, mesmo desamparados pelo Estado, deixados à deriva por um Ministério da Educação que sequer apresentou um plano diante da pandemia.

Obrigado a todos os professores que mesmo em seus momentos de descanso ainda podem ouvir um “ei, psor”.⁹

De início, nota-se a *criação* do auditório particular: o agradecimento não contempla todos os professores, assim o afirma a adjetiva restritiva já no primeiro parágrafo, senão os que não “abandonaram o barco” mesmo com a pandemia em seu encalço e a reboque de salários parcelados. Tais informações nos chegam precedidas de uma sequência de concessivas cujo viés argumentativo incorpora informes graves a um segundo plano discursivo a fim de fazer sobressair a coragem dos professores e a consciência de suas responsabilidades, ainda que tenham de “remar contra a maré” para não desertar.

Cabe destacar que, não obstante as reiteradas menções a uma sociedade adoecida cujos professores não são valorizados e acabam sendo obrigados a se submeter a condições degradantes de trabalho, bem como a excessos de todo tipo e salários irrisórios, o produtor do texto constrói um *ethos* de herói para esse profissional, a julgar pelo campo semântico usado para narrar suas lutas acerbas em uma guerra cujas batalhas se abrem em duas frentes ou em dois fronts: *terra e mar*; assim é que o professor que não abandona o barco impede a derrocada social a fim de que a mesma sociedade, que o relega a um lugar discursivo praticamente inexpressivo e busca silenciar sua voz, não naufrague.

⁹ Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/jeferson-tenorio/noticia/2020/12/professores-a-ultima-trincheira-contra-a-barbarie-ckj0hh86u0003019w09ct3rfk.html>. Acesso em mar. 2023.

Ainda que deixado à deriva, desamparado mesmo, cava trincheiras e permanece na luta, até porque se ele capitula, a sociedade inteira perde a guerra. Esse argumento deixa claro para o leitor que esse grande herói não só capitaneia o barco social como também é seu mais intrépido e valoroso lutador; sua força parece inesgotável ainda que levado à mais absoluta exaustão diante de tantos e seguidos embates contra tudo o que ele, professor, representa.

Quanto aos efeitos patêmicos esperados, como se trata de matéria restrita aos assinantes¹⁰ de um jornal gaúcho, estes constituem o auditório visado; dentro desse auditório particular, considerando, por hipótese, que haja professores, o texto dirige-se ao grupo seletivo dos que “não abandonaram o barco”; não obstante, muitos, ainda que não sejam professores, simpatizam com a classe e dificilmente deixarão de concordar com o discurso do autor. O texto em questão acorda os brios e põe o professor no lugar que merece e lhe é de direito: o de pilar da sociedade.

O grau de persuasão, resultado também do *ethos* construído, impõe ao leitor um novo olhar para a luta do professor, bem como para sua força hercúlea, mesmo diante de tamanhas adversidades. E esse olhar vem representado pela indicação de um ponto de vista, reforçado pelo emprego do operador restritivo *mas* em dois momentos: *mas são os professores que impedem que a sociedade naufrague. / Mas nós, professores, estávamos lá. Sempre estivemos*, que se contrapõem a expectativas expressas na oração anterior.

No segundo parágrafo, temos a instituição Escola na pauta. Nesse ponto, a materialidade linguística do texto revela-nos, por meio de pressupostos e implícitos, que há um universo à parte, para além da família, e que este é continente para as crises e mazelas sociais. Trata-se de um espaço polifônico, um lugar discursivo onde fervilham ideologias e o pretérito mescla-se a um presente quase em tempo real e atemporal. Um lugar cujas paredes trazem impressa uma história de lutas acerbas.

E na linha de frente, está o professor. Para ele convergem os ataques e enfrentamentos sociais. “Talvez vocês/muitos não saibam disso: mas são os professores que impedem que a sociedade naufrague.” É de se notar que o mas poderia ser retirado sem comprometer o sentido da frase; não obstante, o reforço do argumento que ele introduz deixaria de existir. E isso sim faria muita diferença. Observe-se que não há aqui a presença de uma oposição/restrição propriamente ditas, isto é, o argumento contido na segunda oração não se opõe ao que está posto nem tampouco restringe seu conteúdo, no entanto há no parágrafo uma *escala argumentativa* composta de frases curtas que respondem pela agilidade no encadeamento dos argumentos e mantêm certo suspense até o argumento máximo dessa escala, encabeçado e reforçado pelo operador mas.

Já no quarto parágrafo, impõe-se o auge da pandemia da Covid, ocasião em que, sem qualquer planejamento prévio, professores – muitos, inclusive, despreparados e sem recursos – foram “empurrados” para frente da tela do PC, o trabalho mais que dobrou e foi-se somar aos afazeres domésticos, naturalmente exaustivos. Não bastasse isso, as aulas eram ministradas, em sua grande maioria, para retratos e avatares – isso, quando os alunos dispunham de computadores e internet; os menos abastados haviam de se contentar com celulares retrôgrados e redes de alcance mediano, quando muito. Reveses sem conta foram corajosamente enfrentados. “Mas nós, professores, estávamos lá. Sempre estivemos.” A segunda ocorrência do mas sugere-nos, para além do reforço,

¹⁰ O GZH é um jornal digital gaúcho que veicula notícias do Rio Grande do Sul e do mundo, conforme consta no próprio site do jornal: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>.

um corte certeiro, por meio de um poderoso argumento que não dá espaço para réplica, porque se trata de argumento tratado como fato, incontestável, portanto, visto que trata de *realidade*, e não de inferências ou deduções lógicas, como comumente ocorre. Um fato é um fato. Eles são sim “a última trincheira” contra a alienação e a barbárie, tese principal do texto.

Considerações finais

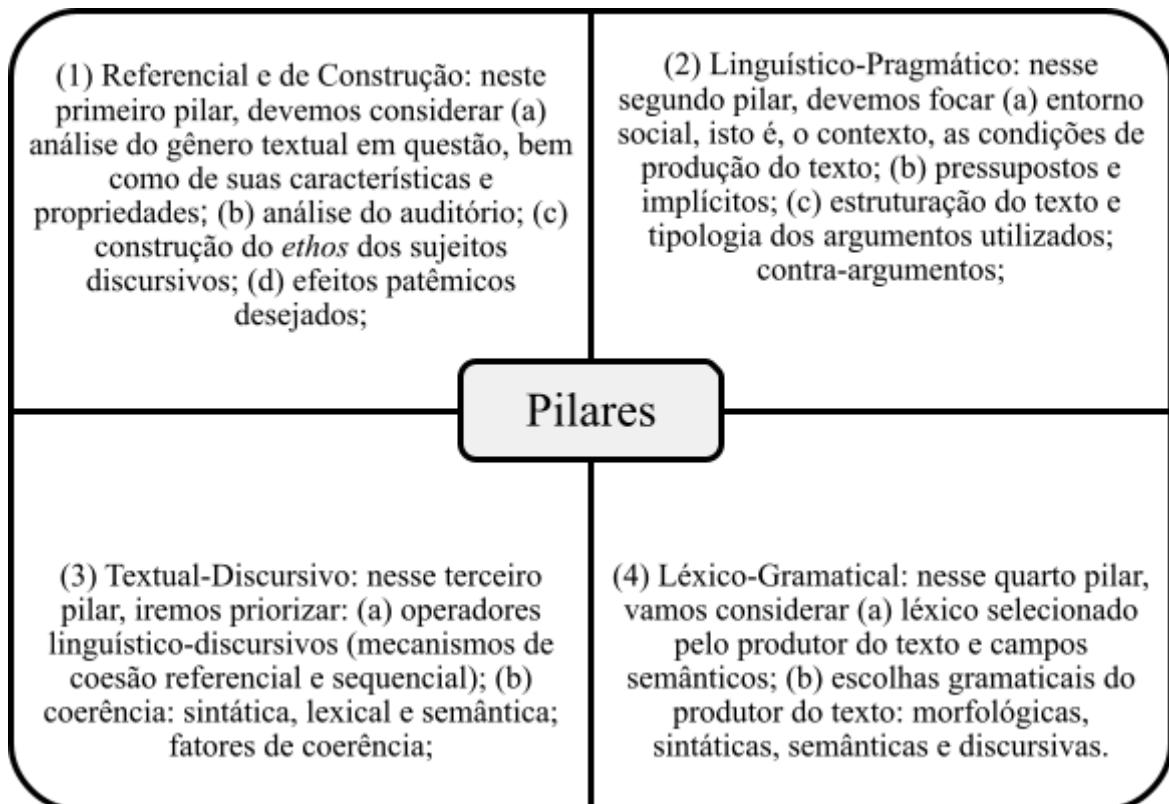
Balizado pelas teorias que compreendem o texto como discurso e prática social, este artigo propõe uma descrição da mecânica argumentativa, subjacente a todo ato de linguagem, para demonstrar como o sujeito do discurso pode valer-se de estratégias bastante diversas para convencer/persuadir o destinatário, em uma situação particular de comunicação.

Dessa forma, pode-se concluir que o ato argumentativo deve ser analisado, reconhecido em função de vários fatores: desde as restrições impostas pela situação comunicativa, a identidade social e discursiva dos interagentes, bem como o projeto de fala e influência em que o sujeito procura veicular as estratégias persuasivas de comunicação. Enfim, é preciso verificar que, ao tratar da argumentação como uma prática social, deve-se determinar tanto o gênero textual, quanto os modos de organização discursiva e as condições de produção da enunciação. Isso pode ser constatado pela análise dos elementos linguístico-textuais e pelos índices situacionais e discursivos que possibilitam ver como os jogos de manipulação e de contra-manipulação argumentativos são engendrados nas trocas lingüísticas.

Há um desejo de grande parte dos professores de que haja modificações na prática escolar, quanto à metodologia de leitura e de produção textual, pautada em uma concepção tradicional de ensino de língua portuguesa, que enfatiza aquisição de metalinguagem, descrição e reconhecimento de prescrição gramatical, como um fim em si mesmos. Propomos, nesta exposição, um enfoque linguístico-discursivo dos fatos da linguagem, com o objetivo de se chegar a resultados mais eficientes na compreensão dos sentidos, por meio da interação leitor/autor durante o processo argumentativo presente em textos de diferentes gêneros.

As análises aqui apresentadas optam por um viés linguístico-discursivo, cujos objetivos ensejam analisar a intencionalidade argumentativa dos produtores dos textos e que deve ser reconhecida pelos leitores. A partir do que apresentamos anteriormente, entendemos que uma proposta mais eficaz para os estudos da argumentação deve contemplar quatro pilares, envolvendo os processos interativos de construção textual, os níveis linguístico e pragmático neles presentes, a dimensão textual-discursiva e as escolhas gramaticais em níveis morfossintáticos, semânticos e pragmáticos, como no esquema a seguir:

Os quatro pilares da argumentação



Cabe ressaltar que o inventário dos recursos em cada um dos pilares não precisará ocorrer na ordem sugerida, mas deve ser analisado à medida que os diferentes recursos se apresentem ao longo do texto.

Referências

- AMOSSY, R. *Argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Rideel, 2017.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BARTHES, R. *L'ancienne rhétorique. Communicatons*, Paris: Seuil, n. 16, 1970.
- CHARAUDEAU, P. *Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual*. In: MACHADO, I. L & MELLO, R. *Gêneros, reflexões e Análise do discurso*. Fale/NAD, UFMG. Belo Horizonte, 2004, p. 13-42.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Trad. Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

- DUCROT, O. & ANSCOMBRE, J. C. **Leis lógicas e argumentativas.** In: DUCROT, O. & ANSCOMBRE, J. C. *Provar e dizer: linguagem e lógica.* São Paulo: Global Editora, p. 229-263.
- GOUVÊA, Lúcia Helena M. **Operadores argumentativos: uma ponte entre a língua e o discurso.** In: PAULIUKONIS, M. A. L. & WERNECK, Leonor. (orgs.). *Estratégias de leitura: texto e ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 104-116.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português.** São Paulo: Pontes, 1987.
- KOCH, Ingodore V. *Argumentação e linguagem.* 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- OLIVEIRA, Helênio F. de & MONNERAT, Rosane S. M. **O emprego de algumas conjunções no texto.** In: PAULIUKONIS, Maria A. L. & GAVAZZI, Sigrid (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 90-102.
- PERELMAN, C.; OLBRICHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PLANTIN, C. *L'Argumentation.* Paris: Seuil, 1996.
- TOULMIN, S. *Os usos do argumento.* São Paulo: Martins Fontes, 2006.